

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.432.457 - SP (2019/0013633-3)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS E OUTRO(S) - SP023134
ANDRÉA GIOVANA PIOTTO - SP183530
DANIEL DE SOUZA - SP150587
MARIA ELISA PERRONE DOS REIS TOLER - SP178060
DENISE LEONARDI DOS REIS - SP266766
ABNER ESTEVAN FERNANDES - SP296347
AGRAVADO : HADDAD & HADDAD - MOVEIS LTDA
ADVOGADOS : MARCELO AUGUSTO DE MOURA E OUTRO(S) - SP097975
RODRIGO PAULO ALBINO - SP186655

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. INEXISTÊNCIA DE CUMULAÇÃO DE PEDIDO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS COM PEDIDO REVISIONAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. ARGUMENTAÇÃO DIVORCIADA DAS PREMISSAS DE FATO ESTABELECIDAS NO ACÓRDÃO RECORRIDO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7 DO STJ, 283 E 284 DO STF. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

HADDAD & HADDAD - MÓVEIS LTDA. (HADDAD & HADDAD) ajuizou ação de prestação de contas contra o ITAU UNIBANCO S.A (ITAÚ), cujo pedido foi julgado procedente pelo magistrado de primeiro grau.

O Tribunal de origem negou provimento ao recurso de apelação interposto pelo ITAÚ em acórdão assim ementado:

Prestação de contas. Segunda fase. Sentença que julgou boas as contas com fulcro na perícia judicial apresentada. Insurgência. Não acolhimento. Adoção dos fundamentos da r.decisão como inspiração e razão de decidir consoante dicção do artigo 252 do RITJSP. Sentença mantida. Recurso improvido (e-STJ, fl. 557).

Irresignado, o ITAÚ interpôs recurso especial, com base no art. 105,

III, *a e c*, da CF, apontando a violação dos arts. 327, 550 e seguintes do NCPC, sustentando, em síntese, que a ação de prestação de contas não permite a revisão do contrato em virtude da incompatibilidade entre os ritos processuais das ações de prestação de contas e a revisional.

O apelo especial não foi admitido na origem sob o fundamento de incidência das Súmulas nºs 7 do STJ e 284 do STF (inclusive em relação à demonstração do dissídio jurisprudencial alegado).

O ITAÚ, então, interpôs o presente agravo renegando genericamente os fundamentos da decisão agravada e repisando as razões lançadas no apelo nobre denegado na origem.

Contraminuta não apresentada (e-STJ, fl. 598).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

No caso concreto, o Tribunal de origem manifestou-se categoricamente sobre a inexistência de pedido revisional dos encargos contratuais, mas de exclusão de valores cobrados indevidamente na hipótese, ressaltando que não houve *a demonstração contratual da possibilidade de exigência de juros, seguro e diversas tarifas listadas no laudo pericial produzido.*

Porque elucidativo, transcreve-se o seguinte excerto do aresto atacado:

Não há como acolher a impugnação da instituição financeira.

Na sentença restou expressa a obrigação da ré de apresentar contas com a apresentação dos documentos justificativos das cobranças que realizou.

A ré, em verdade, deu de ombros à obrigação. Não apresentou os documentos que comprovassem a contratação dos encargos que cobrou.

Por esta razão o perito indicou não só a ausência de prestação e contas, como também a ausência de elementos que demonstrem a legitimidade do exigido nos extratos.

Por outras palavras, não há demonstração contratual da possibilidade de exigência de juros, seguro e diversas tarifas listadas no laudo.

Assim, não se trata aqui de revisão da legitimidade ou não de encargos contratados, mas sim, exclusão dos valores que não

tiveram manifestação comprovada de vontade em contrato apto
(e-STJ, fls. 560/561)

Nesse contexto, a linha argumentativa desenvolvida pelo ITAÚ desconsidera as premissas de fato assentadas pelo acórdão recorrido, se mostrando absolutamente dissociada das razões que conferem sustentação jurídica à decisão ora agravada, o que atrai a incidência, na hipótese vertente, dos óbices contidos nas Súmulas nºs 283, 284 do STF e 7 do STJ.

Nessas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC, **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor do ITAÚ, nos termos do art. 85, § 11 do NCPC.

Advirta-se, ainda, que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts.1.021, § 4º e 1.026, § 2º) e honorários recursais (art. 85, § 11).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator